



**Manifestação do Conselho Fiscal
2º Semestre de 2025**

1. Apresentação

No vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da OABPrev SC, situada na Avenida Hercílio Luz, 639 - Centro, Cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, reuniu-se o Conselho Fiscal composto pelos membros titulares, Dra. Eliane Emilia Machado Pacheco, Dr. Júlio César de Souza, Dra. Isadora Mello Guimarães Barth, Dr. Kiskey Domingos e os membros suplente, Dr. Handerson Rodrigues e Dr. Rafael Adriano, para, em atendimento aos artigos 19, 20, e 23 da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, realizar a análise da documentação disponibilizada pela Entidade e emitir o presente Parecer, referente aos procedimentos adotados pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva da OABPrev-SC durante o 2º semestre de 2025.

2. Aderência da gestão dos recursos garantidores às normas em vigor e a política de investimentos

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, reunido em 20/03/2026, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da Política de Investimentos e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

2.1 Alocação dos ativos

Verificamos, com base no relatório e na documentação suporte, que a entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos, Resolução CMN nº4.994, de 24.03.2022.

Quanto ao enquadramento e os limites de concentração das aplicações dos recursos do Plano de Benefício Previdenciário dos Advogados (PBPA), verificamos que os mesmos estão em consonância com a Resolução a Resolução CMN nº 4.994, de 24.03.2022 e com o estabelecido na Política de Investimentos, conforme apresentado no relatório e na documentação suporte, a seguir:

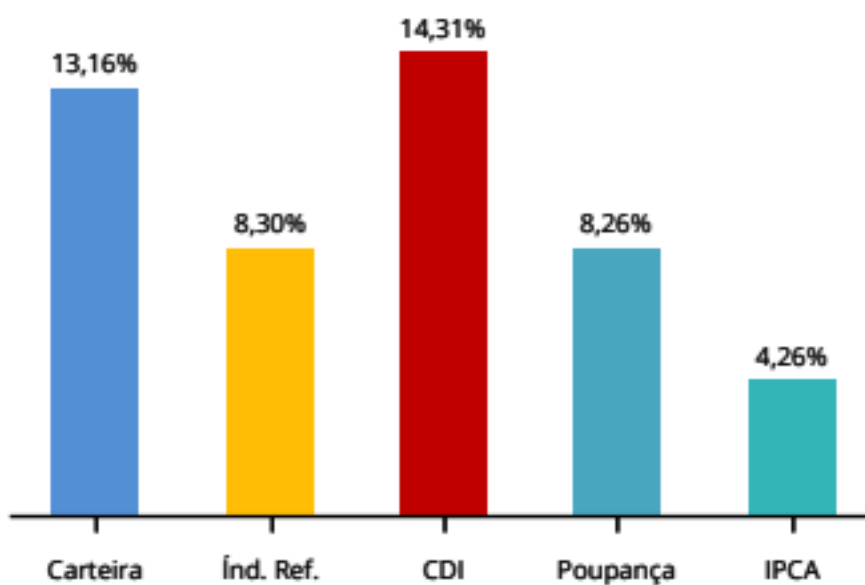
LIMITE DE ALOCAÇÃO POR ATIVO E SEGMENTO - CMN 4994			
SEGMENTO	CONSOLIDADO		
	MAXIMO	ATUAL	MARGEM
TOTAL REDA FIXA	100,0%	88,53%	11,47%
TOTAL RENDA VARIÁVEL	50,0%	2,63%	47,37%
TOTAL INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20,0%	8,81%	11,19%
FIM - Fundo de Investimentos Estruturados	15,0%	7,87%	7,13%
FIP - Fundo de Investimento em Participações	10,0%	0,94%	9,06%
FAMA - FI Classificados como "Ações de mercado de Acesso"	15,0%	0,0%	15,0%
COE - Certificado de Operações Estruturadas	10,0%	0%	10,0%
TOTAL IMOBILIÁRIO	20,0%	0%	20%
TOTAL INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,0%	0%	10%
TOTAL EM OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15,0%	0,03%	14,97%

Fonte: Relatório elaborado pela Somma Investimentos

2.2 Rentabilidade

Verificamos, com base no relatório e na documentação suporte a seguir, que a rentabilidade dos recursos do PBPA, auferida no ano de 2025, apresentou desempenho superior em 4,86% ao do índice de referência estabelecido (INPC+4,24%).

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE NO ANO



Fonte: Relatório elaborado pela Somma Investimentos

Mês	Jan-25	Fev-25	Mar-25	Abr-25	Mai-25	Jun-25	Jul-25	Ago-25	Set-25	Out-25	Nov-25	Dez-25	ANO	12 Meses	24 Meses
OABPrev Santa Catarina	0,94	0,87	0,82	1,34	1,08	1,02	0,90	1,10	1,13	1,10	1,03	1,10	13,16	13,16	23,06
Índ. Ref.	0,36	1,81	0,83	0,81	0,70	0,56	0,59	0,14	0,89	0,41	0,34	0,57	8,30	8,30	18,30
CDI	1,01	0,99	0,96	1,06	1,14	1,10	1,28	1,16	1,22	1,28	1,05	1,22	14,31	14,31	26,74
Poupança	0,67	0,63	0,61	0,67	0,67	0,67	0,68	0,67	0,68	0,68	0,66	0,68	8,26	8,26	15,88

Fonte: Relatório elaborado pela Somma Investimentos

2.3 Manifestação do Conselho Fiscal

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução da Política de Investimentos, e em atendimento ao disposto no artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01.10.2004, manifestamos que a entidade está aplicando os recursos do plano com aderência à Resolução CMN nº 4.994, de 24.03.2022, e em conformidade com a Política de Investimentos vigente, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Este Conselho também manifesta que a gestão dos recursos, a custódia destes recursos e o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, atendem às disposições legais contidas na Resolução CMN nº 4.994, sendo exercidos respectivamente, pela Somma Investimentos, pela Mongeral Aegon e pela Vinci Compass Gestão de Patrimônio, a custódia das carteiras pelo Bradesco, e pelo senhor Yuri Carioni Engelke.

O Conselho verificou e manifesta ainda, que a entidade vem atendendo aos prazos legais para a aprovação e divulgação da Política de Investimentos, DI, balancetes, balanços e orçamento à Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC e aos seus participantes ativos e inativos.

3. Aderência das premissas e hipóteses atuariais

De acordo com o artigo 3º, da Instrução PREVIC nº 12, de 13.10.2014, ficam dispensados da elaboração e encaminhamento das Demonstrações Atuariais - DA os planos de benefícios constituídos na modalidade de contribuição definida, cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas “Benefício Definido” do grupo de contas das provisões matemáticas.

3.1 Evolução das Provisões Matemáticas

No Plano de Benefícios Instituído OABPrev-SC a evolução das provisões matemáticas, no período janeiro a dezembro de 2025, considera os acréscimos e decréscimos ocorridos em função do ingresso de contribuições, rentabilidade e pagamento de benefícios e resgates.

Mês	Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	Provisões matemáticas de Benefícios a Conceder	Total
jan/25	26.561.231,77	290.630.781,04	317.192.012,81
fev/25	26.767.876,85	291.390.393,56	318.158.270,41
mar/25	27.783.525,73	293.242.390,57	321.025.916,30
abr/25	27.891.749,15	297.330.997,59	325.222.749,74
mai/25	28.123.683,82	300.540.864,89	328.664.548,71
jun/25	29.843.793,97	301.026.914,95	330.870.708,92
Jul/25	30.016.147,62	305.553.607,98	335.569.755,60
Ago/25	30.788.842,66	308.206.482,82	338.995.325,68
Set/25	31.485.598,67	311.480.937,61	342.966.536,28

Out/25	32.534.485,19	313.954.983,99	346.489.469,18
Nov/25	32.522.389,50	317.995.383,63	350.517.773,13
Dez/25	32.205.408,81	322.750.046,58	354.955,455,39

Fonte: Balancetes Contábeis

No tocante as premissas e hipóteses atuariais, verificamos comparativamente, que não ocorreram mudanças nas premissas de Taxa real anual de juros e linha com a política econômica do país, e tábuas atuariais de mortalidade de ativos, assistidos e inválidos, conforme demonstra o quadro a seguir:

PREMISSAS E HIPÓTESES - DA	DEZ/2024	DEZ/2025
Taxa real anual de juros	4,24%	4,24%
Fator de determinação valor real salários	1	1
Fator de determinação valor real benefícios	1	1
Geração futura	Nula	Nula
Rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade	BR-EMSsb-2015-F	BR-EMSsb-2015-F
Tábua de mortalidade de inválidos	BR-EMSsb-2015-F	BR-EMSsb-2015-F

Fonte: Relatório Atuarial

3.2 Cobertura Patrimonial dos Planos

Verificou-se com base nos balancetes do plano de benefícios, em 31/12/2025, que o patrimônio apurado é suficiente para a cobertura das obrigações assumidas, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Total (A)	360.834.583,76
(-) Exigível Operacional – (B)	- 1.137.479,32
(-) Exigível Contingencial – (C)	-
Patrimônio Líquido (D)	359.697.104,44
(-) Exigível Atuarial	- 354.955.455,39
(-) Fundos	- 4.741.649,05
Equilíbrio – (A-B-C-D)	0,00

Fonte: Balancete Contábil PBPA

SOLVÊNCIA

Ativo Total	360.834.583,76
(-) Contribuições em Atraso	-
(-) Exigível Operacional	- 1.137.479,32
(-) Exigível Contingencial	-
(-) Provisões Matemáticas de Benef. Concedidos	- 32.205.408,81
(-) Exigível Contingencial	-
(-) Fundos não Previdenciais	- 4.741,649,05
Garantia Bruta Benef. a Conceder	322.750.046,58
(-) Provisões Matemáticas de Benef. A Conceder	- 322.750.046,58

A entidade atende dois critérios de análise de cobertura patrimonial dos compromissos assumidos, o de equilíbrio financeiro-atuarial e o da solvência dos planos. Isto significa que existe um planejamento de custeio que cobre as despesas futuras estimadas e que este custeio não depende de contribuições adicionais não contratadas.

3.3 Resultados dos Planos de Benefícios

Verificou-se, com base nos balancetes dos planos de benefícios, que o resultado apresentado no 2º semestre de 2025 foi equilibrado para o plano de benefício.

Gestão Previdencial	
Adições Previdenciais	
Recursos Coletados	33.279.128,44
Resultado Positivo dos Investimentos	41.184.100,90
Total das Adições	74.463.229,34
Destinações Previdenciais	
Recursos Utilizados	- 33.602.332,21
Custeio Administrativo Previdencial	+90.501,56
Fluxo Negativo dos Investimentos	-
Constituições de Provisões Atuariais	- 40.951.398,69
ConstituiçõesContingências	-
Total das Destinações	- 74.463.229,34
Resultado (Receitas - Despesas)	-

Fonte: Balancete Contábil PBPA

O equilíbrio técnico apurado no período está justificado no quadro apresentado anteriormente, pois todos os valores positivos, reduzidos do custeio administrativo, são destinados para as constituições de provisões atuariais dos participantes, consequentemente equilibrando o resultado. No semestre o custeio administrativo se apresenta positivo devido a repasse de campanha de aportes e o projeto jovem advocacia que a entidade fez aos participantes que aderiram a campanha no ano de 2025.

3.4 Manifestação do Conselho Fiscal

Este conselho manifesta mesmo diante da vigente Instrução Previc nº 12, de 13.10.2014, fez uma análise das informações referente às provisões e que estão adequadas e aderentes aos compromissos do plano de benefício.

4. Planejamento orçamentário

Para a elaboração do Planejamento Orçamentário foram considerados os critérios e limites estabelecidos pela Resolução CGPC n. 29 de 31/08/2009, para o custeio das despesas administrativas, sendo estabelecido pela Gestão da Entidade as premissas de cunho geral que afetam o orçamento como um todo, e premissas particulares vinculadas as atividades de cunho previdencial, administrativo e de investimentos, visando estabelecer governança adequada para o controle orçamentário.

4.1 Das premissas orçamentárias gerais:

A gestão da Entidade elaborou um orçamento aprovado em novembro de 2024 e em junho de 2025 foi revisado o orçamento e, traçou como metas os seguintes critérios:

- a) A Entidade manterá no exercício de 2024 uma taxa de carregamento nula para as contribuições normais e para os aportes e uma taxa de administração de 0,35% a.a até junho de 2025 e a partir de julho de 2025 a taxa de administração será reduzida para 0,30% a.a.;
- b) As despesas administrativas serão custeadas pelo resultado dos investimentos, da despesa administrativa direta de investimentos do PGA, pelas receitas diretas administrativas e de doações, ficando dentro dos limites para cobertura das despesas administrativas.
- c) Foi considerado como parâmetro para a inflação a taxa de 5,5% ao ano;
- d) Para o retorno dos investimentos da Entidade foi considerada a taxa média de 9,25% ao ano;
- e) Foi previsto para as Despesas Administrativas da Entidade, crescimento da ordem de 16,1% nominais sobre o montante do exercício anterior;
- f) Para efeito de acompanhamento das Despesas Administrativas será considerado uma variação de sete pontos percentuais para mais ou para menos entre o valor previsto e o realizado;

4.2 Das premissas para as atividades previdenciais:

As premissas empregadas para a elaboração do planejamento orçamentário das atividades previdenciais, estão apresentadas no quadro abaixo:

ATIVIDADE PREVIDENCIAL	
Contribuições	reajuste previsto de acordo com a média histórica de evolução das contribuições
Benefícios	média histórica e provável entrada de 10 a 20 novos beneficiários que já estão elegíveis para receber o benefício
Resgates	média histórica de evolução agravada

Fonte: Orçamento anual aprovado pelo Conselho Deliberativo

4.3 Das premissas para as atividades administrativas:

As premissas empregadas para a elaboração do planejamento orçamentário das atividades previdenciais, estão apresentadas no quadro abaixo:

4.4 Das premissas para as atividades de investimento:

As premissas empregadas para a elaboração do planejamento orçamentário das atividades de investimento estão apresentadas no quadro abaixo:

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	
Contribuição Administrativa	Taxa de Carregamento= 0% e Taxa de Administração: 0,35 a.a. sobre os recursos garantidores até junho de 2025 e a partir de julho de 2025 a taxa de administração será 0,30% a.a.
Despesa Adm. Prev.	Pessoal e Encargos = Reajuste linear de 5% a partir de janeiro a dezembro na remuneração dos colaboradores. Reajuste dos valores de pró-labore de diretoria e conselheiros Serviços de Terceiros = Baseados na evolução de despesas do ano de 2024 com reajuste pelo índice contratado. Viagens e estadias = Programação de visitas e participações em reuniões corporativas Treinamento = Levantamento de Necessidades e Congressos da Abrapp, certificações de dirigentes, e inclui 600 reais/mês para educação previdenciária. Despesas gerais = valores históricos de 2024 e adicionado valores que para projeto jovem advocacia Depreciações = valores históricos de 2024 e adicionado valores a referente a novas aquisições de permanente
Despesa Adm. Invest.	Prestação de serviços da Aditus Consultoria de Investimentos também com o reajuste pelo índice contratado.
Mantidas as premissas o Plano de Gestão Administrativa obterá uma constituição de Fundo Administrativo de R\$ 626 mil	
ATIVIDADE DE INVESTIMENTOS	
Rendimentos	Remuneração calculada de acordo com a política de investimentos aplicada sobre o saldo do mês anterior
Despesas	Gestão de Investimentos = 0,035% ao mês sobre o valor aplicado até junho e a partir de julho 0,030%

Fonte: Orçamento anual aprovado pelo Conselho Deliberativo

4.5 Manifestação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal manifesta que os critérios e limites empregados para a elaboração do orçamento estão em acordo com a Resolução CGPC n. 29 de 31 de agosto de 2009.

5. Execução Orçamentária

Em atendimento ao § 1º do artigo 16 e ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a execução do Planejamento Orçamentário referente ao ano de 2025, de acordo com o quadro abaixo.

5.1 Quadro geral de execução orçamentária

DESCRICAÇÃO	2025		Diferença	%
	Orçado	Realizado		
Patrimônio Anterior	319.077.046	319.077.046	-	0,00%
(+) Contr. Previdencial Participantes	22.070.274	22.324.730	254.456	1,15%
(-) Deduções	(22.228.001)	(25.092.799)	(2.864.798)	12,89%
Benefícios	(3.921.178)	(4.586.902)	(665.724)	
Resgates/portabilidades	(18.668.235)	(20.505.898)	(1.837.663)	
(+) Contribuição Administrativa	3.610.051	3.679.860	69.809	1,93%
Recebimento de Juros e Multa	4.733	10.841	6.108	
Taxa de Administração	1.055.975	1.075.825	19.850	
Receitas Diretas (Pró-Labore - PIA - Mongeral)	1.675.730	1.701.906	26.176	
Outras Receitas - Cota Capital Sicoob e Luvas MAG	728.346	741.288	12.942	
Outras Receitas - Patrocinio MAG	150.000	150.000	-	
(-) Saída Administrativa Previdencial	(3.258.602)	(3.169.424)	89.178	-2,74%
Previdencial	(3.258.602)	(3.169.424)	89.178	
Pessoal e Encargos	(1.212.655)	(1.338.672)	(126.017)	
Treinamento/Congr/Seminários	(82.300)	(71.700)	10.600	
Viagens	(46.315)	(49.544)	(3.229)	
Serviços de Terceiros	(877.084)	(855.669)	21.415	
Despesas Gerais	(763.151)	(677.364)	85.787	
Depreciação e Amortização	(42.882)	(44.468)	(1.586)	
Tributos(Tafic/Pis/Cofins)	(234.216)	(233.302)	914	
(+) Rendimentos de investimentos	30.787.294	41.587.344	10.800.050	35,08%
Resultado dos investimentos Administrativos	279.341	403.243	123.902	
Resultado dos investimentos Previdenciais	30.507.953	41.184.101	10.676.148	
(=)Provisões Matemáticas	(29.556.631)	(40.951.399)	(11.394.768)	38,55%
(=)Constituições de Fundos	626.334	812.453	186.119	29,72%
Patrimônio Atual	349.307.132	360.834.584	11.527.452	3,30%

Fonte: Relatório de Acompanhamento orçamentário efetuado pela entidade

5.2 Análise da execução orçamentária

A verificação do desempenho orçamentário para o ano de 2025 demonstra que em linhas gerais, a execução vem ao encontro do montante projetado, em relação ao PGA, houve um acréscimo de 1,93% para as receitas comparadas ao orçado, e uma redução de 2,74% comparando o realizado das despesas do PGA com o orçado, resultando em uma constituição de fundos superior ao orçado.

5.3 Manifestação do Conselho Fiscal

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária e em atendimento ao artigo 12 da Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31.08.2009 e artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01.10.2004, manifestamos que o orçamento de gestão foi executado dentro dos parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário.

6. Indicadores de desempenho

A Diretoria Executiva apresenta os indicadores de desempenho referentes ao ano de 2025, em atendimento a Resolução CGPC 62/2024, com o objetivo de assegurar o processo de melhoria contínua da governança de gestão:

Indicadores	Meta	Resultado
A taxa de Administração em relação ao total de participantes e assistidos	R\$ 150,00	R\$ 118,74
A Taxa de Administração em relação aos recursos garantidores	Abaixo de 1%	0,30%
A Taxa de Carregamento em relação ao total de participantes e assistidos	0%	0%
A Taxa de Carregamento em relação as contribuições dos participantes e assistidos	Abaixo de 9%	0%
PGA em relação do custo com participantes e assistidos	Até R\$ 380,00	R\$ 349,82
PGA em relação aos recursos garantidores	Abaixo de 1%	0,88%
PGA em relação ao Ativo Total	Abaixo de 1%	0,87%
PGA em relação ao Fundo Administrativo	Até 100%	66,84%
PGA em relação as Receitas Administrativas	Até 100%	86,12%
PGA em relação ao Orçamento	Entre 7 %	2,74%
Despesas com Pessoal em relação as Receitas PGA	Abaixo de 50%	36,38%
Despesas com Pessoal em relação ao Total de Despesas PGA	Abaixo de 50%	42,23%
Evolução do Fundo Administrativo	Entre 20%	17,13%

6.1 Manifestação do Conselho Fiscal

Verificamos que os indicadores de desempenho estabelecidos foram cumpridos em acordo com os limites estabelecidos.

7. Controles internos

Em atendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01.10.2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise da aderência e eficiência dos controles internos no ano de 2025 e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

7.1 Segregação de atividade de funções.

Verificamos com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/2004.

7.2 Calendário de Obrigações.

Verificamos com base nos controles internos que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto ao SPC/MPS, Receita Federal, Participantes, Instituidores e Conselheiros, mantendo registro eletrônico dos protocolos.

7.3 Política de Controles Internos.

Verificamos que a entidade está mantendo os controles internos, consoante ao § 1º, do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº13, de 01/10/2004.

7.4 Controles Internos.

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- Controle de cadastro.
- Controle das Contribuições.
- Controle dos Benefícios Concedidos.
- Controle das Contas dos Participantes.
- Controle da Portabilidade.
- Controle da Contabilidade por Plano.
- Controles das Premissas e Hipóteses Atuariais.
- Controle das Contingências Judiciais.
- Controles da Execução Orçamentária.
- Controles da Execução da Política de Investimentos.
- Controles dos Sistemas de Informações - TI.
- Controle da Agenda de Obrigações junto a PREVIC, Receita Federal e Divulgações.
- Controle de Certificações de Conselheiros e Diretores.
- Controle e Relatório sobre a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Contra Terrorismo (IN PREVIC 34/2021).

7.5 Política de Gestão de Riscos

Verificamos que a entidade possui política de gestão de riscos , a fim de se controlar e gerenciar qualquer risco inerente a operação e administração da entidade.

7.6 Manifestação do Conselho Fiscal

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles internos da entidade estão adequados ao modelo de governança proposto pela Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004.

8. Conclusão do Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao 2º semestre de 2025.

O Presente Parecer está em atendimento aos artigos 19, 20, e 23 da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, na qual foi avaliado os controles internos da Entidade, conforme os itens abaixo:

- 1) Investimentos: Os investimentos estão enquadrados conforme Res. CMN 4994 e também aderentes a Política de Investimentos dos fundos da Entidade, superando 4,86% do índice de referência no ano de 2025 (INPC+4,24%).
- 2) Provisões Matemáticas: Não houve mudanças nas hipóteses atuariais e biométricas, verificou-se que os planos estão equilibrados, solventes e sólidos.
- 3) PGA e Orçamento: O planejamento, e a execução orçamentária do PGA e os indicadores da entidade estão aderentes ao que foi realizado em 2025.
- 4) Outros Controles: Foram feitos levantamentos de outros controles de atividades realizadas pela entidade de qual verificou-se que estão aderentes e sendo controlados pela entidade, não encontrando inconsistências.

Florianópolis, 20 de março de 2026.

Dra. Eliane Emilia Machado Pacheco
Conselheira Fiscal

Dra. Isadora Mello Guimarães Barth
Conselheira Fiscal

Dr. Júlio César de Souza
Conselheiro Fiscal

Dr. Kisley Domingos
Conselheiro Fiscal

Dr. Handerson Rodrigues
Conselheiro Fiscal - Suplente

Dr. Rafael Adriano
Conselheiro Fiscal - Suplente